

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO  
RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E NÍVEL MÉDIO  
EDITAL Nº 1 DO CONCURSO PÚBLICO 1/2017 – CREMEB - NORMATIVO**

**102**  
**ADVOGADO I**

*Data e horário da prova:*  
*Domingo, 19/11/2017, às 14h*

## **INSTRUÇÕES**

- Você receberá do fiscal:
  - um caderno de questões da prova objetiva e discursiva contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta, e 1 (uma) questão discursiva;
  - uma folha de respostas personalizada da prova objetiva; e
  - uma folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

***Somos do tamanho que sonhamos.***

- Verifique se estão corretas a numeração das questões, a paginação do caderno de questões e a codificação da folha de respostas da prova objetiva e da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva e discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva, a folha de texto definitivo da prova discursiva e o caderno de provas e retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno de questões da prova objetiva e discursiva 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos após o início da prova.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de texto definitivo da prova discursiva e a folha de respostas da prova objetiva devidamente assinada.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em qualquer etapa da prova.

## **INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA**

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções na folha de respostas.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva e a folha de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas e o texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

**Tipo “A”**

**Texto 1 para responder às questões de 1 a 3.**

**Denúncias**

1 Para realizar uma denúncia para o CREMEB, é necessário cumprir alguns requisitos processuais:

4 e contendo dados de identificação e contato do denunciante;

7 – cópia da carteira de identidade do denunciante;

– comprovante de residência do denunciante.

Os documentos podem ser enviados pelos Correios ao CREMEB ou entregues pessoalmente na sede da instituição (Rua Guadalajara, nº 175, Morro do Gato, Barra, CEP: 40.140-460 – Salvador/BA) ou na delegacia regional mais próxima. Quem preferir pode levar o formulário de denúncia já preenchido e assinado.

15 A denúncia deve ser acompanhada, sempre que possível, de documentos que comprovem as alegações (cópias de prontuários, exames, receitas, fotos, laudos, raio X etc.).

Disponível em: <<http://www.cremeb.org.br/index.php/atendimento/denuncias/>>. Acesso em: 23 set. 2017, com adaptações.

**QUESTÃO 1**

Relacionando-se as informações ao modo como elas estão organizadas, é correto afirmar que o (a)

- (A) texto classifica-se como predominantemente dissertativo, pois tem como finalidade principal convencer o cidadão a realizar denúncia para o CREMEB.
- (B) denúncia para o CREMEB só será aceita se o denunciante cumprir com pelo menos dois dos requisitos apresentados, já que eles estão dispostos no texto em uma ordem decrescente de importância.
- (C) formulário de denúncia deve ser levado já preenchido e assinado à sede do CREMEB ou à delegacia regional mais próxima, caso o denunciante resolva entregá-lo pessoalmente.
- (D) apresentação de documentos que comprovem as alegações do denunciante não é indispensável para que a denúncia para o CREMEB seja aceita.
- (E) texto, por apresentar uma sequência de fatos, deve ser classificado como predominantemente narrativo.

**QUESTÃO 2**

Considerando apenas as regras de concordância prescritas pela norma-padrão, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso o autor julgasse conveniente acrescentar a construção **com as devidas cópias** logo após os termos sublinhados no trecho “Os documentos podem ser enviados pelos Correios ao CREMEB” (linhas 8 e 9), seria correta apenas uma das redações a seguir: **Os documentos, com as devidas cópias, podem ser enviados pelos Correios ao CREMEB.** ou **Os documentos, com as devidas cópias, podem ser enviadas pelos Correios ao CREMEB.**

- (B) Outra redação correta para o trecho “é necessário cumprir alguns requisitos processuais” (linha 2) seria o **cumprimento de alguns requisitos são necessários**.
- (C) A redação **Aqueles que preferir podem levar o formulário de denúncia já preenchido e assinado**, poderia substituir corretamente o período “Quem preferir pode levar o formulário de denúncia já preenchido e assinado.” (linhas 12 e 13).
- (D) Os vocábulos sublinhados no período “Quem preferir pode levar o formulário de denúncia já preenchido e assinado.” (linhas 12 e 13) poderiam ser corretamente substituídos, respectivamente, pelas formas **preenchida e assinada**.
- (E) A forma **as quais** poderia ser empregada corretamente no lugar do vocábulo sublinhado no trecho “A denúncia deve ser acompanhada, sempre que possível, de documentos que comprovem as alegações” (linhas 14 e 15).

**QUESTÃO 3**

De acordo apenas com as regras vigentes de ortografia e de acentuação gráfica, assinale a alternativa correta.

- (A) No lugar da construção “Para realizar uma denúncia” (linha 1), o autor poderia empregar corretamente a redação **Para quem demonstre estar afim de realizar uma denúncia**.
- (B) Assim como no trecho “Para realizar uma denúncia para o CREMEB” (linha 1), o vocábulo sublinhado na redação “Ela sempre denúncia ao CREMEB qualquer situação em que se sinta desrespeitada.” também está corretamente acentuado.
- (C) O termo **residênte** está corretamente acentuado, pois deriva do vocábulo “residência” (linha 7).
- (D) A redação **sempre que seje possível** poderia substituir corretamente o trecho “sempre que possível” (linhas 14 e 15).
- (E) O autor poderia substituir corretamente o trecho “que comprovem as alegações” (linha 15) pela redação **que expliquem o porquê das alegações**.

## Texto 2 para responder às questões de 4 a 6.

### O CREMEB e o exercício ilegal da medicina

Foi assinado, em agosto de 2015, o Decreto-Lei nº 2.848/1940, que aumenta as penas a quem exercer ilegalmente as profissões de médico, dentista ou farmacêutico. Com a aprovação do texto, os falsos profissionais estão sujeitos a reclusão de dois a seis anos, mais pagamento de multa. Apesar do vigor da legislação e da atuação dos conselhos de medicina, ainda são relevantes os casos de denúncias de uso indevido do registro médico.

Mesmo sendo classificado como ato criminoso, o exercício ilegal da medicina ainda é recorrente. Na maioria dos casos, uma pessoa sem formação médica se apropria de um número de registro profissional válido (número de cadastro do médico no Conselho Regional de Medicina – CRM) e exerce, criminosamente, atendimento à população. Essa atuação pode gerar danos irreversíveis aos pacientes, além de uma sobrecarga negativa aos sistemas de saúde pública.

O CREMEB permanece vigilante no combate a essa prática ilegal. Por isso, convida todos os médicos cadastrados que ainda não possuem foto no portal a atualizar seus cadastros. “Essas fraudes põem em risco a saúde pública, afetando sociedade e médicos. Essa é uma luta de todos”, enfatiza o conselheiro José Abelardo de Menezes.

Disponível em: <<http://www.cremeb.org.br/index.php/releases/novo-portal-do-cremeb-disponibiliza-pesquisa-de-medicos-com-foto/>>.  
Acesso em: 23 set. 2017, com adaptações.

## QUESTÃO 4

Com base na leitura compreensiva do texto, é correto afirmar que o(s)

- (A) exercício ilegal da medicina, embora tenha se tornado menos comum desde agosto de 2015, ainda é recorrente.
- (B) falsos profissionais, sejam eles médicos, dentistas ou farmacêuticos, estão, atualmente, sujeitos a reclusão, que varia entre dois e seis anos, mais pagamento de multa.
- (C) falso médico sempre age da seguinte maneira: ele se apropria de um número de registro válido e passa a exercer atendimento à população.
- (D) exercício ilegal da medicina é considerado crime apenas pelo CREMEB.
- (E) CREMEB orienta todos os médicos cadastrados a atualizar seus cadastros no portal.

## QUESTÃO 5

A respeito do emprego das classes de palavras e das relações que elas estabelecem entre si no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Os vocábulos “médico” e “médicos”, nos trechos “ainda são relevantes os casos de denúncias de uso indevido do registro médico.” (linhas 7 e 8) e “Por isso, convida todos os médicos cadastrados” (linhas 18 e 19), funcionam, respectivamente, como adjetivo e substantivo e, portanto, desempenham funções sintáticas diferentes.

- (B) A conjunção sublinhada no período “Mesmo sendo classificado como ato criminoso, o exercício ilegal da medicina ainda é recorrente.” (linhas 9 e 10) introduz uma relação de causa e consequência entre as orações.
- (C) A oração “e exerce, criminosamente, atendimento à população” (linhas 13 e 14) apresenta sujeito indeterminado, pois a forma verbal “exerce” não faz referência a um ser específico.
- (D) A substituição dos artigos indefinidos sublinhados no trecho “Na maioria dos casos, uma pessoa sem formação médica se apropria de um número de registro profissional válido” (linhas de 10 a 12) pelos definidos **a** e **o**, respectivamente, preservaria a função sintática desempenhada por eles e o sentido pretendido pelo autor.
- (E) Os pronomes sublinhados no período “Por isso, convida todos os médicos cadastrados que ainda não possuem foto no portal a atualizar seus cadastros.” (linhas de 18 a 20) retomam a expressão “todos os médicos cadastrados”, que desempenha o papel de sujeito da oração.

## QUESTÃO 6

Assinale a alternativa que reproduz integralmente o sentido do período “Essa atuação pode gerar danos irreversíveis aos pacientes, além de uma sobrecarga negativa aos sistemas de saúde pública.” (linhas de 14 a 16).

- (A) Essa atuação provoca danos irreversíveis aos pacientes, além de uma sobrecarga negativa aos sistemas públicos de saúde.
- (B) Essa atuação pode gerar aos pacientes danos que não se reverterem, devido a uma carga negativa demasiada aos sistemas de saúde pública.
- (C) É possível que essa atuação gere prejuízos irreversíveis aos pacientes, além de uma sobrecarga negativa aos sistemas de saúde pública.
- (D) Essa atuação pode prejudicar os pacientes irreversíveis, além de gerar uma sobrecarga negativa aos sistemas de saúde pública.
- (E) Essa atuação pode prejudicar irreversivelmente os pacientes, já que também gera um sobrepeso negativo dos sistemas de saúde pública.

## Texto 3 para responder às questões 7 e 8.



Disponível em: <<https://www.facebook.com/cremeb.ba/photos/a.527653630746763.1073741830.478194902359303/827272470784876/?type=3&theater>>.  
Acesso em: 23 set. 2017.

## QUESTÃO 7

Assinale a alternativa que reúne em um só período as orações “Doe órgãos. Salve vidas!” e expressa uma mensagem compatível com a intenção do autor do texto, além de estar de acordo com as regras para o uso da vírgula.

- (A) Doe órgãos, e salve vidas!
- (B) Salve vidas mas, sendo, um doador de órgãos!
- (C) Para salvar vidas doe órgãos!
- (D) Doando órgãos você salva vidas!
- (E) Se você deseja salvar vidas, doe órgãos!

## QUESTÃO 8

Tendo como referência apenas as regras de regência e do uso do sinal indicativo de crase prescritas pela norma-padrão, considere o período “O CREMEB também apoia o Setembro Verde!” e assinale a alternativa correta.

- (A) O autor poderia substituir corretamente a forma “apoia” pela construção **começou à apoiar**.
- (B) O emprego da preposição “a” seria inviável, caso o autor substituisse a forma “apoia” pela construção **se aliou**.
- (C) A redação **O CREMEB também presta apoio à campanha do Setembro Verde!** poderia substituir corretamente a original.
- (D) A redação **O CREMEB também se solidariza do Setembro Verde!** poderia substituir corretamente a original.
- (E) A construção **à campanha do Setembro Verde** poderia ser empregada corretamente no lugar do trecho “o Setembro Verde”.

### LEGISLAÇÃO APLICADA AO CREMEB Questões de 9 a 18

## QUESTÃO 9

O Regulamento do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Medicina foi aprovado pelo Decreto nº 44.045/1958. O capítulo IV desse regulamento versa quanto às eleições dos Conselhos Regionais. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Os médicos eventualmente ausentes da sede das eleições ficam impedidos de votar.
- (B) Nenhuma penalidade é aplicada ao médico que não comparecer às eleições, inclusive nos casos de falta injustificada.
- (C) A falta de quitação da anuidade não impede que o médico vote, apenas que seja candidato nas eleições.
- (D) Os candidatos podem figurar em mais de uma chapa eleitoral.
- (E) O voto será pessoal e obrigatório em todas as eleições.

## QUESTÃO 10

A Resolução CFM nº 1.980/2011 regulamenta o registro e o cadastro de empresa, instituição, entidade ou estabelecimento nos Conselhos Regionais de Medicina. A respeito dessa resolução, assinale a alternativa correta.

- (A) O cadastro ou o registro de empresas de prestação de serviços médico-hospitalares nos Conselhos Regionais de Medicina deve ser requerido direta e expressamente pelo seu sócio-proprietário.
- (B) A disponibilização, ao público em geral, do Certificado de Inscrição de Empresa expedido pelos Conselhos Regionais de Medicina é obrigatória.
- (C) A alteração de qualquer dado de empresa, instituição, entidade ou estabelecimento deve ser comunicada imediatamente, no prazo de 24 horas, ao Conselho Regional de Medicina competente.
- (D) Ficará suspenso o cadastro ou o registro de empresas de prestação de serviços médico-hospitalares que deixarem de renová-lo no exercício subsequente.
- (E) As empresas de prestação de serviços médico-hospitalares que tiverem seu cadastro ou registro suspenso ficam impedidas de reativá-lo.

## QUESTÃO 11

Quanto à Resolução CFM nº 1.980/2011, que fixa regras para cadastro, registro, responsabilidade técnica e cancelamento para as pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.

- (A) O requerimento de encerramento da atividade, necessário para o cancelamento de cadastro ou registro, deve ser obrigatoriamente assinado pelo proprietário da empresa de prestação de serviços médico-hospitalares.
- (B) O cancelamento punitivo do cadastro de empresas de prestação de serviços médico-hospitalares tem por consequência a impossibilidade de responsabilização do responsável técnico da empresa.
- (C) O cancelamento do registro ocasionado pelo encerramento da atividade empresarial é isento do pagamento de taxa.
- (D) As informações prestadas perante os Conselhos Federal e Regionais de Medicina são de responsabilidade do diretor técnico, pelas quais ele responde eticamente.
- (E) O cancelamento de cadastro ou de registro, na hipótese de encerramento da atividade empresarial, será efetuado no âmbito do Conselho Federal de Medicina.

## QUESTÃO 12

A Resolução CFM nº 2.145/2016, que aprova o Código de Processo Ético-Profissional, aborda as hipóteses de suspensão e impedimento dos conselheiros na sindicância ou no processo ético-profissional. Em relação a esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O impedimento poderá ser alegado a qualquer tempo antes do trânsito em julgado da decisão.
- (B) Caso seja suscitado o impedimento de conselheiro no processo ético-profissional, o pedido necessariamente será acolhido.
- (C) A alegação de impedimento não precisa conter o fundamento da recusa.
- (D) É legítima a alegação de suspeição quando houver sido provocada por quem a alega.
- (E) Mesmo que uma das partes envolvidas no processo seja devedora do cônjuge do conselheiro incumbido do processo ético-profissional, o conselheiro não será considerado suspeito.

## QUESTÃO 13

De acordo com a Lei nº 3.268/1957, o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina são uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito

- (A) privado e autonomia administrativa.
- (B) público e autonomia financeira.
- (C) privado, sem autonomia financeira.
- (D) público, sem autonomia administrativa.
- (E) privado e autonomia financeira.

## QUESTÃO 14

Considerando a Resolução CFM nº 2.145/2016, que aprova o Código de Processo Ético-Profissional, assinale a alternativa correta.

- (A) Os processos de infrações éticas são dependentes e estão, necessariamente, vinculados ao processo criminal porventura existente quanto aos mesmos fatos.
- (B) Os conselheiros não respondem a processos ético-profissionais, nem a sindicâncias.
- (C) A sindicância e o processo ético-profissional não tramitam em sigilo processual.
- (D) O Conselho Regional de Medicina competente para apreciar e julgar infrações éticas é aquele no qual o médico esteja inscrito no tempo da ocorrência do fato punível.
- (E) A conciliação, nas sindicâncias, pode envolver acerto pecuniário.

## QUESTÃO 15

De acordo com a Resolução CFM nº 2.145/2016, uma sindicância será instaurada

- (A) somente de ofício pelo Conselho Regional de Medicina.
- (B) somente mediante denúncia escrita ou verbal.
- (C) de ofício pelo Conselho Regional de Medicina ou mediante denúncia escrita.
- (D) mediante denúncia escrita, verbal ou anônima.
- (E) de ofício pelo Conselho Regional de Medicina ou mediante denúncia escrita ou anônima.

## QUESTÃO 16

Acerca das provas produzidas no âmbito dos processos ético-profissionais previstos na Resolução CFM nº 2.145/2016, assinale a alternativa correta.

- (A) O conselheiro não pode indeferir provas, nem mesmo as consideradas irrelevantes.
- (B) As partes não podem, mesmo empregando meios legais, tentar influir eficazmente na convicção dos conselheiros julgadores.
- (C) As provas ilícitas são admissíveis nos autos dos processos ético-profissionais por questão de justiça.
- (D) O conselheiro-relator não é dotado de livre convicção para a apreciação das provas.
- (E) As partes têm o direito de empregar todos os meios legais para provar a verdade dos fatos.

## QUESTÃO 17

A respeito das testemunhas inquiridas no âmbito dos processos ético-profissionais previstos na Resolução CFM nº 2.145/2016, assinale a alternativa correta.

- (A) A testemunha assumirá o compromisso de dizer a verdade do que souber e for perguntado.
- (B) É vedado o depoimento de testemunhas por meio de videoconferência.
- (C) O depoimento das testemunhas pode ser levado por escrito.
- (D) Para a celeridade do processo, as testemunhas são inquiridas em conjunto.
- (E) A testemunha dos fatos que não souber assinar o próprio nome fica impedida de prestar depoimento.

## QUESTÃO 18

A Resolução CFM nº 2.148/2016 dispõe quanto à homologação da Portaria CME nº 01/2016, que disciplina o funcionamento da Comissão Mista de Especialidades (CME), composta pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), pela Associação Médica Brasileira (AMB) e pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM). Com base nessa resolução, assinale a alternativa correta.

- (A) A AMB não pode solicitar a extinção de especialidade médica.
- (B) O médico pode fazer a divulgação e o anúncio de quantas especialidades e áreas de atuação desejar.
- (C) Os Conselhos Regionais de Medicina deverão registrar apenas títulos de especialidade e certificados de áreas de atuação reconhecidos pela CME e emitidos pela AMB ou pela CNRM.
- (D) O número de médicos e o tempo de existência de uma atividade são parâmetros para reconhecimento ou exclusão de especialidade ou área de atuação.
- (E) A CME somente reconhecerá a especialidade médica com tempo de formação mínimo de um ano e área de atuação com tempo de formação mínimo de seis meses.

## MICROINFORMÁTICA

### Questões de 19 a 22

## QUESTÃO 19

Acerca do editor de planilhas Excel e do editor de textos Word, assinale a alternativa correta.

- (A) As teclas de atalho CTRL + A desempenham diferentes funções no Excel e no Word 2016.
- (B) É possível copiar uma tabela do Word e colá-la em uma planilha do Excel.
- (C) Ao congelar painéis em uma planilha do Excel, o usuário fica impossibilitado de editar essas células.
- (D) Para centralizar um texto no Word, basta digitar as teclas de atalho CTRL + J.
- (E) Para alinhar um texto à esquerda no Word, basta digitar as teclas de atalho CTRL + E.

## QUESTÃO 20

Com relação à segurança em conexões e navegadores *web*, assinale a alternativa correta.

- (A) O protocolo HTTP não oferece criptografia.
- (B) O protocolo HTTPS não oferece conexões seguras.
- (C) O desenho de um cadeado fechado na barra de endereços de um navegador indica que o *site* desejado é bloqueado ou possui risco de vírus.
- (D) No uso de programas leitores de *e-mail*, as opções de execução de JavaScript e de programas Java devem estar ligadas para fornecer uma conexão segura.
- (E) Os protocolos HTTP e HTTPS utilizam certificados digitais para assegurar a identidade do *site* de destino.

## QUESTÃO 21

Pedro utilizou um computador na casa de um amigo e digitou seus dados no teclado para acessar sua conta bancária e conferir seu saldo, que era de R\$ 900,00. Uma semana depois, Pedro foi ao banco e solicitou um extrato de sua conta, no qual percebeu um débito de R\$ 300,00 realizado nesse intervalo, valor que ele não havia movimentado. Nessa situação hipotética, que ameaça instalada no computador pode ter possibilitado o prejuízo?

- (A) *Adware*.
- (B) *Firewall*.
- (C) *Antispyware*.
- (D) *Spam*.
- (E) *Keylogger*.

## QUESTÃO 22

Considere que, em seu computador, Maria trabalha com arquivos de texto sigilosos do Word. Estes sofrem alterações diariamente, e ela não segue procedimentos de segurança para o caso de perdê-los. Quanto a procedimentos de segurança e *backup*, e considerando a situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- (A) Maria não deve gravar os arquivos de *backup* em CDs ou DVDs, pois essas mídias podem quebrar facilmente.
- (B) É extremamente necessário fazer também uma cópia de *backup* do programa utilizado para editar os arquivos.
- (C) Atualmente, os sistemas operacionais não contam mais com ferramentas de *backup* e recuperação integradas. Assim, Maria deve procurar algum programa externo para realizar esses procedimentos.
- (D) Maria pode criar quantas cópias dos arquivos forem necessárias, sempre que realizar alterações importantes.
- (E) É recomendável que Maria faça cópias de segurança apenas uma vez ao mês, independentemente da frequência de alteração dos arquivos.

Área livre

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questões de 23 a 50

**Orientação:** Nesta prova, a expressão “Consolidação das Leis do Trabalho” será substituída pela sigla CLT.

## QUESTÃO 23

À lei processual civil aplica-se a máxima *tempus regit actum* (o tempo rege o ato). Considerando a aplicação da lei processual no tempo, assinale a alternativa correta.

- (A) Constatada mudança na lei processual, podem-se rever decisões proferidas em processos exauridos.
- (B) Processos em curso são atingidos pela nova lei processual, de modo que é possível rever os atos até então praticados.
- (C) A lei processual, quando entra em vigor, possui efeito imediato e não retroage.
- (D) É possível aplicar lei processual revogada, quando for mais benéfica ao réu.
- (E) Aos processos futuros aplicam-se normas revogadas que estão de acordo com súmula do Supremo Tribunal Federal (STF).

## QUESTÃO 24

O artigo 330 do Código de Processo Civil e os seus incisos preveem as hipóteses de indeferimento da petição inicial. Com base nos referidos dispositivos legais, é correto afirmar que se constitui hipótese de indeferimento da petição inicial por motivo excepcional de improcedência do próprio pedido (mérito) quando

- (A) a parte for manifestamente ilegítima.
- (B) a petição inicial for inepta, por conter pedidos incompatíveis entre si.
- (C) o autor carecer de interesse processual.
- (D) não forem atendidas as prescrições dos artigos 106 e 321 do Código de Processo Civil.
- (E) da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.

## QUESTÃO 25

Indeferida a petição inicial, poderá o autor interpor recurso de apelação. Acerca do exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) Interposta a apelação, faculta-se ao juiz, no prazo de cinco dias, retratar-se.
- (B) Não ocorrendo a retratação, o juiz ordenará a citação do réu para contestar a ação e apresentar resposta ao recurso.
- (C) Caso o tribunal reforme a sentença, o processo retornará à primeira instância e o réu será devidamente citado, de modo que o prazo para a defesa começará a correr da juntada aos autos do mandado de citação do réu.
- (D) Não interposta apelação pelo autor, arquivam-se o processo sem qualquer intimação ao réu.
- (E) Interposta a apelação e não ocorrendo a retratação, o juiz determina o encaminhamento dos autos ao tribunal sem qualquer intimação ao réu.

## QUESTÃO 26

Em relação ao litisconsórcio, assinale a alternativa correta.

- (A) O litisconsórcio passivo unitário é aquele em que a decisão de mérito pode atingir de modo diferenciado os litisconsortes.
- (B) O litisconsórcio facultativo não pode ser dispensado, mesmo com acordo geral entre as partes.
- (C) Somente é possível o estabelecimento de litisconsórcio quando houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.
- (D) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será nula, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.
- (E) Diante de um litisconsórcio passivo necessário, caberá aos litisconsortes a citação daqueles não apontados pelo autor na inicial.

## QUESTÃO 27

O indivíduo em si não é o destinatário da atividade administrativa, mas sim o grupo social como um todo. Portanto, as relações sociais ensejam, em determinados momentos, um conflito de interesses, no qual o coletivo prevalece. Nessa situação, o princípio que proporciona tal possibilidade é o da

- (A) mutabilidade.
- (B) supremacia do interesse público.
- (C) ambiguidade nula.
- (D) anulabilidade dos atos administrativos.
- (E) continuidade do serviço público de interesse coletivo.

## QUESTÃO 28

Considere hipoteticamente que foi realizada uma licitação para a contratação de empresa para a reforma do edifício onde funciona uma escola pública. Ocorre que, durante a execução do contrato de reforma, foi verificada a necessidade de complementação das obras referentes à reforma para atender a critérios de promoção de acessibilidade. Diante dessa necessidade de complementação de reforma, será

- (A) impossível realizar um acréscimo ao valor do contrato, sendo necessárias a revogação do contrato e a realização de nova licitação.
- (B) possível realizar um acréscimo ao valor do contrato, desde que haja acordo celebrado entre os contratantes.
- (C) possível realizar um acréscimo de até 25% do valor do contrato, por meio da alteração unilateral do contrato pela administração pública, para atender à complementação da reforma.
- (D) possível realizar um acréscimo de até 50% do valor do contrato, por meio da alteração unilateral do contrato pela administração pública, para atender à complementação da reforma.
- (E) necessária a realização de licitação específica para a complementação da reforma.

## QUESTÃO 29

A intervenção do Estado na propriedade ocorre em decorrência da supremacia do interesse público e para garantir a função social da propriedade. A forma restritiva de intervenção da propriedade que congela as características do bem, sendo permitidas alterações e reformas apenas mediante autorização é a (o)

- (A) desapropriação.
- (B) requisição.
- (C) ocupação temporária.
- (D) servidão administrativa.
- (E) tombamento.

## QUESTÃO 30

O poder discricionário é uma prerrogativa concedida aos agentes administrativos de eleger, dentre várias condutas possíveis, a que traduz maior conveniência e oportunidade para o interesse público. Entretanto, atualmente, o poder discricionário tem sofrido limitação. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O controle dos atos derivados do poder discricionário pode ser realizado apenas administrativamente.
- (B) Os atos derivados do poder discricionário podem sofrer controle apenas quanto à sua constitucionalidade.
- (C) O controle dos atos derivados do poder discricionário pode ser realizado administrativa ou judicialmente.
- (D) Os atos derivados do poder discricionário não sofrem qualquer tipo de controle.
- (E) O controle dos atos derivados do poder discricionário da União deve ser realizado pelo Tribunal de Contas da União, não sendo admitido o controle pelo Poder Judiciário.

## QUESTÃO 31

Quanto à capacidade civil e aos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os viciados em tóxico são considerados absolutamente incapazes.
- (B) Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não conseguirem exprimir a sua vontade são considerados relativamente capazes.
- (C) A incapacidade relativa do maior de 16 anos e do menor de 18 anos de idade cessa ante o ingresso em curso de ensino superior.
- (D) O negócio jurídico é anulável quando não revestir a forma prescrita em lei.
- (E) Um negócio jurídico nulo pode convalidar-se pelo decurso do tempo.

Área livre

### QUESTÃO 32

O Código Civil prevê as disposições gerais para o contrato de compra e venda. De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) É nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- (B) A fixação do preço no contrato de compra e venda não pode ser deixada ao arbítrio de terceiro, ainda que este seja designado pelos contratantes.
- (C) Não é nulo o contrato de compra e venda quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- (D) Salvo disposição contratual em contrário, ficarão as despesas de escritura e de registro a cargo do vendedor. Já a cargo do comprador ficarão as da tradição.
- (E) A compra e a venda podem ter como objeto coisa atual ou futura.

### QUESTÃO 33

Com relação a contratos de doação, assinale a alternativa correta.

- (A) O doador pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio, se sobreviver ao donatário. Não prevalece, contudo, cláusula de reversão em favor de terceiro.
- (B) Não se admite a doação verbal.
- (C) É possível renunciar antecipadamente ao direito de revogar a liberalidade por ingratidão do donatário.
- (D) Não é possível revogar a doação, por ingratidão, se o donatário caluniou o doador.
- (E) É possível revogar, por ingratidão, as doações puramente remuneratórias.

### QUESTÃO 34

O Código Civil prevê que aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo. A respeito da responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O incapaz não responde pelos prejuízos que causar, ainda que as pessoas por ele responsáveis não tenham obrigação de fazê-lo ou não disponham de meios suficientes.
- (B) Os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, não são responsáveis pelos seus hóspedes, moradores e educandos.
- (C) O dono ou detentor do animal ressarcirá os danos por este causados, se não provar culpa da vítima ou de força maior.
- (D) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.
- (E) Não constitui ato ilícito a destruição da coisa alheia, a fim de remover perigo iminente, com o que não pode o dono da coisa destruída assistir direito a indenização, mesmo que não tenha culpa do perigo.

### QUESTÃO 35

Com relação aos direitos e às garantias individuais, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito à inviolabilidade do domicílio alcança os quartos de hotéis e os compartimentos privados onde alguém exerce atividade profissional.
- (B) É lícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
- (C) A interceptação telefônica é uma medida reservada à competência da autoridade policial e (ou) do Ministério Público.
- (D) É livre o exercício de qualquer profissão, independentemente de qualquer restrição legal.
- (E) Os tratados e as convenções internacionais de direitos humanos são equivalentes às emendas constitucionais.

### QUESTÃO 36

A respeito da competência dos entes federativos, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência constitucional concorrente exclui os estados da Federação.
- (B) É competência concorrente da União e do Distrito Federal legislar sobre vencimentos dos membros das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.
- (C) A Constituição Federal de 1988 enumera competências privativas dos estados da Federação que podem ser delegadas por meio de lei complementar.
- (D) O município é incompetente para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial com sede em seu território.
- (E) Compete privativamente à União legislar sobre desapropriação e seguridade social.

### QUESTÃO 37

Acerca do controle da constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) O procurador-geral da República deve, necessariamente, quando não for autor do pedido na ação direta de inconstitucionalidade (Adin), defender a constitucionalidade da norma atacada no âmbito de uma Adin.
- (B) Cabe ao advogado-geral da União, como regra geral, defender a constitucionalidade da norma em sede de Adin, conforme determina a Constituição e reconhece a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).
- (C) O Sindicato das Domésticas de Salvador tem legitimidade para ajuizar uma Adin no STF.
- (D) O procurador-geral da República precisa comprovar a pertinência temática para ajuizar uma Adin perante o STF.
- (E) Para se modularem os efeitos de uma declaração de inconstitucionalidade, são necessários ao menos seis votos dos ministros do STF.

### QUESTÃO 38

No que se refere às características da Carta Magna nacional, a Constituição brasileira de 1988 é classificada como

- (A) outorgada, formal e material.
- (B) rígida, promulgada e histórica.
- (C) promulgada, sintética e flexível.
- (D) promulgada, formal e analítica.
- (E) rígida, cesarista e dogmática.

### QUESTÃO 39

A doutrina e a jurisprudência trabalhistas entendem que a CLT aponta em dois artigos (*caput* do artigo 2º e *caput* do artigo 3º) os requisitos para a caracterização da figura jurídica da relação de emprego. Assinale a alternativa que apresenta esses requisitos.

- (A) Trabalho eventual, prestado com pessoalidade por pessoa física, em situação de subordinação e com onerosidade.
- (B) Trabalho eventual, prestado com pessoalidade por pessoa física ou jurídica, em situação de subordinação e com onerosidade.
- (C) Trabalho não eventual, prestado com pessoalidade por pessoa física, em situação de subordinação e com onerosidade.
- (D) Trabalho não eventual, prestado com pessoalidade por pessoa física ou jurídica, em situação de subordinação e com onerosidade.
- (E) Trabalho eventual, prestado de forma fungível quanto ao trabalhador, pessoa física ou jurídica, em situação de subordinação e com onerosidade.

### QUESTÃO 40

Durante o período aquisitivo de férias, Mauro faltou ao serviço por 16 dias de forma injustificada. Conforme dispõe a CLT, em relação à situação hipotética apresentada, Mauro

- (A) terá direito ao gozo de férias pelo período de trinta dias, pois o objetivo primordial é a preservação da saúde e da integridade física do empregado.
- (B) terá direito ao gozo de férias de 18 dias.
- (C) terá direito ao gozo de férias de 14 dias.
- (D) perderá o direito ao gozo de férias.
- (E) terá direito ao gozo de férias de 24 dias.

### QUESTÃO 41

A respeito dos intervalos intrajornada e interjornada, nos termos previstos na CLT e pelas orientações jurisprudenciais e súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a alternativa correta.

- (A) Entre duas jornadas de trabalho, haverá um período mínimo de 12 horas consecutivas para descanso.
- (B) Não excedendo de 4 horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de 15 minutos quando a duração ultrapassar 2 horas.
- (C) Os intervalos de descanso serão computados na duração do trabalho.

- (D) Os intervalos concedidos pelo empregador na jornada de trabalho, não previstos em lei, representam tempo à disposição da empresa, remunerados como serviço extraordinário, se acrescidos ao final da jornada.
- (E) Quando o intervalo intrajornada não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de, no mínimo, 25% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

### QUESTÃO 42

Com base nas previsões legais da CLT acerca do contrato individual do trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Contrato individual de trabalho é o acordo que sempre deve ser feito de forma expressa, em razão da especificidade do contrato, correspondente à relação de emprego.
- (B) O contrato de experiência, que não poderá exceder a 60 dias, é uma das possibilidades apresentadas pela lei para os contratos por prazo determinado.
- (C) A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.
- (D) Para fins de contratação, o empregador não exigirá, do candidato a emprego, comprovação de experiência prévia por tempo superior a nove meses no mesmo tipo de atividade.
- (E) Os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho deixarão de existir em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa.

### QUESTÃO 43

Quanto aos atos, termos e prazos processuais, conforme preconiza a CLT, assinale a alternativa correta.

- (A) Os atos processuais serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 horas às 18 horas.
- (B) A penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente.
- (C) Na hipótese de um prazo vencer em sábado, domingo ou feriado, a realização do ato deverá ser antecipada para o último dia útil antes do vencimento, em homenagem ao princípio da celeridade processual.
- (D) As partes poderão requerer certidões dos processos em curso ou arquivados, devendo ser estas lavradas pelos escrivães ou secretários. Quando se tratar de processo em segredo de justiça, a certidão deverá ser feita em até 48 horas, independentemente de despacho do juiz ou presidente.
- (E) Os prazos estabelecidos na CLT serão contados em dias úteis, com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento.

Área livre

## QUESTÃO 44

Paulo, residente e domiciliado na cidade de Itabuna (BA), é contratado em janeiro de 2007 pela empresa Serviços Turísticos Ltda., com sede na cidade de Porto Seguro (BA), para prestar serviços na filial da empresa, localizada na cidade de Ilhéus (BA). Na ocasião da celebração do contrato de trabalho, as partes elegeram o foro da comarca de Salvador (BA) para dirimir todos os eventuais conflitos que viessem a surgir. Em junho de 2017, por causa de três meses de salário sem pagamento, bem como para pleitear remuneração por jornada extraordinária, Paulo ajuíza reclamação trabalhista com base no que entende de direito.

Acerca da situação hipotética apresentada, à luz da legislação trabalhista, assinale a alternativa correta quanto ao local em que a reclamação trabalhista deve ser proposta.

- (A) A reclamação trabalhista poderá ser proposta tanto na cidade de Itabuna, por ser o local de residência e domicílio do reclamante, quanto na cidade de Porto Seguro, por ser esta o local em que a empresa reclamada tem sua sede, cabendo a escolha ao reclamante.
- (B) A reclamação trabalhista deverá ser proposta na cidade de Salvador, pois as partes livremente a elegeram como foro de eleição, devendo obediência ao princípio da *pacta sunt servanda*.
- (C) Em razão do princípio do acesso à justiça, o reclamante poderá escolher qualquer das localidades.
- (D) A reclamação trabalhista deverá ser proposta na cidade de Porto Seguro, pois reclamações trabalhistas devem ser propostas no endereço da sede das empresas reclamadas.
- (E) A reclamação trabalhista deverá ser proposta na cidade de Ilhéus, local onde o reclamante prestava serviços à empresa reclamada.

## QUESTÃO 45

O artigo 794 da CLT prevê que, nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.

Com relação ao exposto, é correto afirmar que o artigo 794 consagra o princípio da(o)

- (A) instrumentalidade das formas.
- (B) convalidação.
- (C) aproveitamento dos atos processuais.
- (D) transcendência.
- (E) interesse.

## QUESTÃO 46

Quanto às normas referentes ao procedimento sumaríssimo previstas na CLT, assinale a alternativa correta.

- (A) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a vinte vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- (B) Em um dissídio individual submetido ao procedimento trabalhista, é inadmissível a utilização de uma prova pericial.

- (C) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo, a citação poderá ser feita por edital.
- (D) É possível a utilização do procedimento sumaríssimo nas demandas em que é parte a administração pública direta, autárquica e fundacional.
- (E) As testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

## QUESTÃO 47

Acerca das limitações constitucionais ao poder de tributar estabelecidas pela Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedado aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou seu destino.
- (B) É permitido instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente ou mesmo em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida.
- (C) A União pode instituir isenções de tributos da competência dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.
- (D) Caso sejam alugados a terceiros, os imóveis pertencentes à União, aos estados ou aos municípios não permanecem imunes ao IPTU.
- (E) É vedado instituir tributo sobre os templos de qualquer culto.

## QUESTÃO 48

Como forma de proteger a indústria de tecnologia da informação, o presidente da República editou decreto no qual majorou, de 20% para 34%, a alíquota do imposto sobre a importação de produtos estrangeiros destinados à fabricação de computadores. Com base no exposto, a referida majoração deve

- (A) respeitar a reserva de lei complementar.
- (B) ser promovida por lei de emenda à Constituição.
- (C) ser aprovada por lei ordinária.
- (D) respeitar o princípio da anterioridade.
- (E) respeitar o princípio da irretroatividade.

## QUESTÃO 49

A respeito da obrigação tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigação tributária principal tem como objeto a escrituração de livros contábeis.
- (B) A obrigação tributária principal tem como objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- (C) A obrigação tributária acessória corresponde ao pagamento das multas tributárias.
- (D) A obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, previstas na legislação tributária, estabelecidas em razão do interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- (E) Uma norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária está sujeita ao princípio da anterioridade.

## QUESTÃO 50

De acordo com o Código Tributário Nacional, e no que concerne à responsabilidade tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.
- (B) São objetivamente responsáveis pelos créditos correspondentes as obrigações tributárias das respectivas pessoas jurídicas, dos seus sócios e gerentes.
- (C) A responsabilidade é pessoal ao agente quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, inclusive quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito.
- (D) A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, ainda que não ocorra o pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo depender de apuração.
- (E) Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem subsidiariamente com este e de forma objetiva os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.

Área livre

## PROVA DISCURSIVA

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova é composta por 1 (uma) questão discursiva.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta da questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.

### QUESTÃO DISCURSIVA

Leia, com atenção, o texto a seguir.

Os conselhos de Medicina brasileiros foram criados pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, e pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, com a missão de fiscalizar o exercício da profissão; conhecer, apreciar e decidir os assuntos atinentes à ética profissional; e promover o perfeito desempenho técnico e moral da Medicina e dos que a exercem.

[...]

Assim, o Conselho Regional de Medicina da Bahia, Cremeb, vem cumprindo seu papel fiscalizador e normatizador ao longo dos seus quarenta e nove anos de criação, nos múltiplos campos de atuação profissional, zelando e trabalhando por todos os meios ao seu alcance pelo prestígio e bom conceito da profissão. São inúmeras as consultas que chegam ao Cremeb e todas são respondidas através de documentos já existentes ou no formato de pareceres, quando se trata de matéria ainda não contemplada na legislação ética.

*In: Pareceres Consulta: Questões e dilemas éticos no dia-a-dia médico. Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.cremeb.org.br/wp-content/uploads/2015/11/LIVRO-Pareceres-Medicos-1.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2017, com adaptações.*

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo com o tema:

**Os desafios do Conselho Regional de Medicina da Bahia na fiscalização dos aspectos éticos no exercício da medicina.**

Área livre – Rascunho na página seguinte

**RASCUNHO**

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	